

PERMANÊNCIA, CONTINUIDADE E RESSIGNIFICAÇÃO NA POLÍTICA PÚBLICA EDUCACIONAL MUNICIPAL: UM ESTUDO DE CASO

Luciane Spanhol Bordignon

luciane@itake.net.br

Solange Maria Longhi

solmalon2008@hotmail.com

Resumo: Este estudo trata das possibilidades e alcances da ação de professores e gestores públicos na formulação e execução de políticas públicas educacionais em âmbito municipal. O que é mais importante: continuidade ou ruptura em sua política educacional? Nessa perspectiva, examina-se, por meio de um estudo de caso da rede de ensino do município de Getúlio Vargas/RS, a trajetória que vem percorrendo a política pública educacional deste município, que evidencia características muito peculiares, podendo ser considerada como uma política de continuidade, pois sua formatação teve origem no final do século passado, em 1993, e continua mesmo tendo ocorrido alternância político-partidária.

Palavras-chave: educação municipal; política educacional; escola pública; cultura local

INTRODUÇÃO

Este estudo trata das políticas públicas que refletem a ação do Estado, mais especificamente, do poder público municipal no que tange à garantia dos direitos da sociedade no setor da educação, em um período de recrudescimento neoliberal e num contexto de mundo globalizado. As comunidades quase se descaracterizam pela onda globalizante que a tudo uniformiza e exclui o que nela não se encaixa. Isso se reflete também na educação. Muitas vezes os gestores educacionais se deparam com a dúvida - O que é mais importante para a educação municipal: continuidade ou ruptura em sua política educacional? Se há perdas com a solução de continuidade de ações haverá ganhos na sua continuidade, ou, o seu reverso?

Nessa perspectiva, por meio de um estudo de caso da rede de ensino do município de Getúlio Vargas/RS, se examina a trajetória que vem percorrendo a política pública educacional deste município, que evidencia características muito peculiares, podendo ser considerada como uma política de continuidade, pois sua formatação teve origem no final do século passado, em 1993, e continua mesmo tendo ocorrido alternância político-partidária na administração municipal. A trajetória aponta as possibilidades e alcances da ação de professores e gestores públicos na formulação e execução de políticas públicas educacionais.

Compreender como isso se construiu, identificando as razões que permitiram a sobrevivência, por meio de diferentes governos, bem como analisar a evolução, as mudanças, a permanência, seus efeitos, a atuação de lideranças locais e de entidades ou instituições presentes na rede, no período de quinze anos (1990 – 2004), foram objetivos do estudo, no

seu todo, pois, o mesmo constituiu-se como dissertação de Mestrado em Educação, defendida na Universidade de Passo Fundo, em 2008, e, em parte, será apresentada neste texto.

A metodologia adotada, estudo de caso, concretizou-se, quantitativa e qualitativamente, principalmente, por meio da análise documental. Esta desdobrou-se em levantamento e análise de registros pedagógicos e estatísticos da Secretaria Municipal correspondentes ao período de 15 anos, documentos históricos de comunidades vizinhas (desde o município de origem), do próprio município de Getúlio Vargas, da Secretaria Municipal de Educação, e de documentos que circularam na cidade (jornais, panfletos, livros). Realizaram-se também, visitas às escolas municipais atualmente em número de seis. Foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com gestores da rede municipal envolvendo os secretários e assessorias pedagógicas da rede municipal de ensino, no decorrer do período.

O SENTIDO DE PÚBLICO, DE ESTADO E DE POLÍTICAS SOCIAIS

A concepção de público tende a estar associada ao que é coletivo e a idéia de privado, ao particular. Mas o que é ser público? O que o termo “público” representa? Segundo Arendt, “significa, em primeiro lugar, que tudo o que vem do público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível.” (1997, p. 59).

O público está ligado à pólis (à cidade e à política), ao passo que o privado está associado à casa e à família. A pólis era o modelo das antigas cidades gregas, perdendo sua importância durante o domínio romano. Em virtude de suas características, o termo pode ser usado como sinônimo de cidade, porém, pela interpretação de Arendt é possível aproximar tal conceito do de público mais próximo do entendimento atual: “a pólis era para os gregos, como a res publica para os romanos, em primeiro lugar a garantia contra a futilidade da vida individual, o espaço protegido contra essa futilidade e reservado à relativa permanência, senão à imortalidade, dos mortais”. (1997, p.66).

No contexto atual as políticas públicas são decisões e ações que têm por finalidade oportunizar direitos ao cidadão diante das desigualdades existentes; por isso, são deveres do Estado. Contudo, isso não significa que o Estado deva elaborar e decidir sobre as políticas e que outros sujeitos (sociedade) devam executá-las. Os principais beneficiados pelas políticas (sociedade) podem e devem participar das decisões e ações, pois, assim, haverá o sentimento de pertencimento a elas, não somente a espera do benefício. Questões sociais originadas das desigualdades implicam políticas sociais para amenizá-las.

Assim As políticas sociais são produzidas pelo Estado para enfrentar desigualdades. Políticas sociais, segundo Morosini “são ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, à redistribuição dos benefícios sociais. O Estado produz as políticas sociais, [...] abrangendo ações nas áreas da saúde, previdência e assistência social, cultura, comunicação e educação”. (2003, p. 319).

As políticas públicas educacionais devem garantir o direito à educação. Segundo Esquinsani et al., “as *políticas educacionais* podem ser entendidas como fração das políticas públicas atendendo, com efeito, a um determinado setor do todo: a educação”. (2006, p. 16, grifo dos autores). Elas não estão desvinculadas de políticas sociais e econômicas e situadas num tempo próprio. Morosini e Bittar (2003), definem que, públicas são as políticas de responsabilidade do Estado e, por envolverem interesses de vários segmentos, sua formulação ocorre através de um processo contraditório e complexo. Os vários segmentos desejam garantir direitos em relação à educação, saúde, assistência, previdência social. Dependendo da correlação das forças dos seus representantes as políticas podem intensificar seu caráter “público”, atendendo necessidades da coletividade, acima dos interesses privados de determinados grupos no poder.

Ao lançar um olhar sobre as políticas públicas na educação municipal é possível ver em experiências pontuais novos caminhos para a educação como é o caso do município de Getúlio Vargas-RS, embora existam limitações, burocracia em excesso, imposições, descrença, evasão, repetência.

GESTÃO MUNICIPAL

A República Romana organizou as comunidades, os agrupamentos humanos, em municípios. Conforme Ribeiro, “o município, verdadeiramente, surgiu em Roma como uma concessão do Império Romano aos povos vencidos em combate de escolherem seus representantes, continuarem a praticar o comércio e sua vida civil, entre outras funções, desde que obedecessem às leis romanas”. (2004, p. 25). O autor ainda desnuda as origens etimológicas do município:

O município é originado a partir das palavras latinas *munus* (encargo, obrigação), *eris* (privilégios) e *capere* (receber), significando, etimologicamente, aquela entidade que obteve privilégios. O município romano ganha importância ao longo do esplendor do seu Império, enfatizando sua autonomia por meio da *Lex Julia Municipalis*, em 40 a.C., até sua derrocada, propiciada pela centralização defendida pelo imperador Constantino e com a queda de Roma e de suas colônias. (2004, p. 26; grifos do autor).

Dos entes federados, é o Município o que tem melhores condições de realizar a concretização do acesso, da oferta e da qualidade de ensino básico, se o fizer por meio de políticas públicas duradoras e eficientes. Caracteriza-se por um contexto menor, com maior visibilidade de seus aspectos sócio-históricos, de sua cultura, de suas possibilidades e de suas limitações.

Acerca dessa afirmação, é possível refletir sobre quem pensa e quem executa as políticas públicas educacionais, como também se são direcionadas para a inclusão dos sujeitos sociais. Também é possível pensar se as políticas públicas educacionais “caem” como pacotes nas escolas para serem executadas, ou se são pensadas e formuladas pela comunidade, bem como a relação do tempo de administração com o tempo de duração dessas políticas.

As políticas públicas educacionais efetivam-se nas escolas. Logo, a apropriação do saber, como resultado da educação, passa a ser um valor inquestionável para a condição humana.

O MUNICÍPIO E A EDUCAÇÃO

O município de Getúlio Vargas faz parte do contexto riograndense. Consultando dados sobre o município no IBGE, no período de 1991 a 2000 é possível identificar: a taxa de urbanização em 1991 era de 80,18% e, em 2000 de 82,65%; quanto ao nível educacional da população adulta (25 anos ou mais), em 1991 a média de anos de estudo era de 5,1 anos e, em 2000, de 6,0 anos; o índice de Gini¹ em 1991 era de 0,54 e, em 2000, de 0,53; o índice de desenvolvimento humano municipal (IDH)² em 1991 era de 0,731 e, em 2000, de 0,790. Portanto, são indicadores que apontam para avanços positivos nesses índices, denotando que o desenvolvimento humano está presente no Município .

A rede municipal de educação de Getúlio Vargas, em 2008, está formada por seis escolas, das quais cinco se situam na zona urbana e uma na zona rural. Duas escolas da zona urbana oferecem primeiro grau completo; as demais, somente até a 5ª série. A escola rural é

¹ O índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97>.

² O índice de desenvolvimento humano (IDH) é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, esperança média de vida, natalidade e outros fatores. É uma maneira padronizada de avaliação e medida do bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Especial:Busca?search=indice+de+gini>

multisseriada, atendendo alunos na mesma turma de 1^a a 4^a série. O município também conta com uma escola de educação infantil.

Pelas visitas realizadas às escolas da rede municipal de educação de Getúlio Vargas consegue-se perceber, para além da aparência física, cuidado, carinho e atenção. Sua aparência, o acolhimento, a recepção, a pintura, a conservação provocam encantamento a quem as visita. Só para ilustrar, a entrada principal das escolas da rede municipal é bem acolhedora, colorida, em sua maioria com placa de identificação; os ambientes são organizados e acolhedores, tudo refletindo um patrimônio comum, um espaço de todos. Essas escolas têm uma marca, uma identidade; constituindo-se em espaços afetivos e em territórios educativos com vida própria. Na rede municipal há indícios de um “dono”, isto é, a comunidade que guarda sua educação como bem e com a qual o poder público colabora. É evidente que esta rede é carinhosamente atendida, na qual os espaços de lazer, biblioteca, refeitórios, equipamentos retratam um domicílio familiar, um lar, além de serem indicadores de um trabalho coletivo.

A gênese do processo educacional que caracteriza o município de Getúlio Vargas, veio à tona pela inquietação dos professores e por abertura da Secretaria da Educação. Portanto, a mudança não estava condicionada à legislação.

No ano de 1993 os professores da rede, em sua terceira reunião anual, analisaram a realidade do ensino municipal destacando pontos positivos, negativos e possíveis propostas. Nesse sentido, o grupo indicou como pontos positivos, a conscientização da mudança da proposta pedagógica e disposição dos professores; como negativos, o planejamento pronto determinado pela prefeitura, a falta de autonomia dos professores e o alto índice de reprovação na 1^a série. Nas propostas levantadas, os professores sugeriram, entre outras, a formação de grupos de estudos, a promoção de cursos de conhecimentos gerais (assuntos da realidade) e a realização de uma proposta de acordo com a realidade.

Nessa perspectiva, vemos por parte dos professores, a ruptura com qualquer posição de dependência, de subserviência e de subalternidade, tão nocivas à idéia de uma educação emancipatória. Conforme Santos, “a condição de subalterno é o silêncio, a fala é a subversão da subalternidade”. (2006, p.235). Também de parte da Secretaria de Educação há um processo de aceitação de novas idéias.

Para que se efetivasse a ruptura foram necessários alguns encaminhamentos, como vontade política de todos os envolvidos no processo; apoio e abertura da Secretaria de

Educação no período de 1990³ a 2004; assessoria e Secretaria Municipal de Educação comprometida com o processo e tomando a postura de intermediária; material bibliográfico⁴ adquirido pela Secretaria para atualização e discussão pelo professores; registro sistemático das práticas e ações; abertura dos sujeitos envolvidos no processo para a mudança; reflexão constante; construção e empreendimento coletivo; formação permanente e continuada incentivada incessantemente; grupos que impulsionam o processo; envolvimento e comprometimento dos sujeitos; espaços e subsídios para a formação continuada; autonomia como processo “descolonizador”.

O movimento da rede municipal de educação levou, a que o planejamento e a execução, passassem de um patamar de mera recepção para um patamar de produção. Além disso, permitiu que as necessidades internas da rede emergissem por meio da escuta e da inclusão do outro, possibilitando ações direcionadas para essas necessidades, as quais não foram apontadas e impostas pelo “externo” da rede, mas pelo movimento “interno” do processo. A convivência democrática e a ação discutida, pensada e executada na coletividade superam a política partidária. A cidadania e o sentido do público não são impostos pelos gestores municipais, mas, sim, pela sociedade, aqui entendida como comunidade escolar.

A experiência da rede municipal de ensino de Getúlio Vargas requer um olhar reflexivo e um movimento em busca de informações que permitam compreender a continuidade das políticas educacionais mesmo com alternância administrativa. Continuidade entendida como qualidade, condição ou estado de contínuo e não um continuísmo, ou seja a perpetuação de uma pessoa ou de um grupo no poder.

CONTINUIDADE COM RESSIGNIFICAÇÃO

A conjugação de muitas ações e fatores garantiram a continuidade com ressignificação, que, segundo Mühl e Esquinsani, é um “ato cognoscitivo e político que promove a mudança de símbolos, dos rituais e das ações humanas, introduzindo ou recriando significados numa perspectiva crítica, que mobilizam os indivíduos para a luta a favor da transformação social”. (2004, p. 10). Santos, por sua vez, percebe a ressignificação, “ao propor o Estado como novíssimo movimento social, sendo “um Estado articulador que, não

³ Embora o processo tenha efetivado sua construção em 1993, a caminhada e abertura anteriores foram imprescindíveis nessa construção.

⁴ Em consulta à Secretaria de Educação, a partir de 1994 até maio de 2008, havia 1698 livros e 962 revistas pedagógicas no acervo da SME. É importante destacar a variedade de títulos, dos quais alguns são direcionados à formação de professores, preparação de aulas, revelando pertinência e atualidade.

tendo o monopólio da governação, retém contudo o monopólio da meta-governação, ou seja, o monopólio da articulação no interior da nova organização política”. (2006, p. 376).

Transparece no processo inicial que um movimento impulsionou outro movimento, e assim, sucessivamente. Como não houve solução de continuidade⁵, o processo prossegue, e a rede municipal de educação está em constante movimento de ações e decisões. As ações que garantem a continuidade com ressignificação se alicerçam na separação entre a política partidária e a educacional, na formação permanente e continuada, que permitiu a construção de referenciais que auxiliam na compreensão da realidade manifesta por meio dos estudos; há a existência de “intelectuais orgânicos”⁶, de gestores, assessores, professores da rede, que lutam pela manutenção dessa proposta; as administrações que se sucederam foram permitindo a continuidade do processo por considerarem que o mesmo se desenvolvia de forma ideal. De fato, na rede municipal de educação de Getúlio Vargas, não se configura um processo de continuísmo, mas de continuidade o sentido do “público” em educação, o poder público como mediador, o processo ação-reflexão-ação, o desejo popular, a proposta político-pedagógica das escolas para a rede, as lideranças comunitárias, o poder da comunidade, os intelectuais orgânicos, os professores, gestores, assessoria e grupo dinamizador das escolas e da rede, como também o processo coletivo e participativo, a autonomia e a gestão democrática.

Os quadros a seguir, refletem o panorama das ações que permitem afirmar a existência de continuidade com ressignificação, na instância da Secretaria de Educação e das escolas:

⁵ A solução de continuidade significa interrupção, isto é, a continuidade foi dissolvida. No caso da rede municipal, não houve solução de continuidade, portanto, não foi interrompida a política educacional.

⁶ No dizer de Gramsci, “cada classe social [...] cria para si, ao mesmo tempo, de um modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e no político”. (1968, p. 3).

Quadro 1 – Panorama geral das ações da política pública educacional de Getúlio Vargas na instância da Secretaria de Educação

AÇÕES E METAS NO PERÍODO DE 1993 A 1996	AÇÕES E METAS NO PERÍODO DE 1997 A 2000	AÇÕES NO PERÍODO DE 2001 a 2004
Proposta político-pedagógica específica de educação pré-escolar	x	x
Proposta político-pedagógica específica de 1ª série	x	x
Eleição direta para diretores de escola, sem transformação em lei	x	Eleição direta de diretores e vice diretores nas escolas públicas municipais
Reduzir índices de reprovação e evasão	x	x
Construção do Projeto Político Pedagógico da Rede	x	Reestruturação da proposta político-pedagógica da Rede
Reelaboração de listagem de conteúdos mínimos	x	x
Educação continuada para os professores	Formação continuada dos professores na Rede e em outros municípios	x
Acompanhamento das escolas de 1ª a 4ª série	Implantação da 5ª e 6ª série(1999); 7ª série (2000)	Implantação da 8ª série (2001)
Linhas de ação: pólos de estudo; interação; registros;constatação	Linhas de ação: reuniões de pólo, reuniões de estudo na escola; encontros pedagógicos	x
Processo ação-reflexão-ação	x	x
Formação permanente dos professores com ajuda de custo	Curso de pedagogia para professores com ajuda de custo	Formação permanente dos professores com ajuda de custo
Fórum Municipal de Educação	Fórum regional e nacional da educação	x
Criação do Centro Integrado Renascer	Manutenção do Centro Integrado Renascer	x
Conselho Municipal da Merenda Escolar	x	x
Registros	x	Criação das revistas saberes e fazeres como registro da caminhada
Conselho Municipal da Merenda Escolar	x	x
Criação do Conselho Municipal de Alimentação Escolar	x	x
*	Plano de carreira	Plano de carreira
*	*	Kit de material pedagógico para o professor
*	Cria cargo de coordenador no centro integrado renascer	x
*	*	Criação dos conselhos escolares na Rede Municipal
*	*	Institui o sistema municipal de lazer, desporto e recreação
*	*	Criação do conselho municipal da cultura e o fundo municipal da cultura

*	*	Reestrutura o Conselho Municipal de educação
*	*	Criação dos conselhos escolares na Rede Municipal
*	Ampliação das escolas e infraestrutura	Ampliação das escolas e infra estrutura
*	*	Orçamento participativo envolvendo 32 comunidades
*	*	O processo educativo no projeto de cidade
*	Criação do conselho municipal de acompanhamento e controle social do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação	Criação do Conselho Municipal de acompanhamento e controle do fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério
*	Criação do núcleo integrado de apoio ao estudante (NIAE)	x
*	*	O processo educativo no projeto de cidade
Investimento em educação: 32,03% (média do período)	Investimento em educação: 37,23% (média do período)	Investimento em educação: 32,9% (média do período)

Fonte: Bordignon, 2008. Quadro organizado com base nas entrevistas com secretárias de Educação e Assessoria.

Nota: o símbolo * indica a não-existência da ação e o símbolo x, a continuidade da ação.

Quadro 2 – Panorama geral das ações da política Pública Educacional de Getúlio Vargas na instância das Escolas

AÇÕES E METAS NO PERÍODO DE 1993 A 1996	AÇÕES E METAS NO PERÍODO DE 1997 A 2000	AÇÕES NO PERÍODO DE 2001 a 2004
Projeto político-pedagógica das escolas	Projeto político-pedagógico das escolas	Reestruturação da proposta político pedagógica das escolas
Assessoria	assessoria	assessoria
Coordenador Pedagógico nas escolas	x	x
Material didático e acervo das bibliotecas	Material didático e acervo das bibliotecas	Recursos pedagógicos, didáticos e acervo das bibliotecas
*	Material permanente (retroprojeter, computador para a secretaria, filmes, jogos).	x
*	Criação do cargo de fonoaudiólogo e secretário de escola	x
*	*	Criação do espaço pedagógico (EAP)
Grupos dinamizadores	x	x

Fonte: Bordignon, 2008. Tabela organizada com base nas entrevistas com Secretárias de Educação e Assessoria.

Nota: o símbolo * indica a não existência da ação e o símbolo x a continuidade da ação.

Vários fatores presentes na rede municipal contribuíram para a continuidade com ressignificação: participação da comunidade escolar; formação constante e continuada dos professores; condições para essa formação; apoio, inclusive financeiro; estímulo a sua liberdade de adesão ao processo; incentivo ao registro – à teorização de sua prática; força ao seu coletivo – decisão e ação na direção pretendida – coletivo na rede.

Outro fator fundamental nessa construção foi o fato de que a Secretaria da Educação não tinha poder de decisão absoluto. Seu papel era de dar legitimidade a suas propostas; coragem de entender o sentido de poder público; construção de gestões participativas antecipativas (antes da LDB); proposição de políticas do micro para o macro; a construção metodológica baseada no princípio da ação-reflexão-ação; manutenção de uma linha orientadora – garantia para assessoria continuada; o estabelecimento de um momento de culminância e revigoramento – os fóruns; o compromisso coletivo e público com a formação, a ressignificação, a defesa de uma educação no município; o compromisso da Prefeitura com o orçamento; um objetivo coletivo: a cidade educadora.

Partindo do pressuposto de que a análise quantitativa nos permite visualizar resultados do processo, a tabela abaixo se refere aos dados da rede municipal, quanto à reprovação e evasão de alunos dos seguintes anos: 1980, 1990, 1996 e 2000 e 2004.

Tabela 1 - Percentual de reprovação na RMEGV nos anos de 1980, 1990, 1996, 2000 e 2004.

<i>SÉRIE</i>	<i>1980</i>	<i>1990</i>	<i>1996</i>	<i>2000</i>	<i>2004</i>
1 ^a	37%	35%	18%	23%	12%
2 ^a	20%	19%	10%	5%	9%
3 ^a	16%	19%	8%	7%	11%
4 ^a	20%	22%	8%	12%	13%
5 ^a	-	-	29%	20%	13%
6 ^a	-	-	-	9%	11%
7 ^a	-	-	-	0%	9%
8^a	-	-	-	-	4%

Fonte: Pesquisa com base nos dados da SME nos anos de 1980, 1990, 1996, 2000 e 2004.

Nota: Nos anos de 1980 e 1990 a RMEGV contava com ensino fundamental de 1^a a 4^a série; em 1996, com a 5^a série do ensino fundamental; em 2000, com a 7^a série, em 2004, com o ensino fundamental completo de 1^a a 8^a série em duas escolas da rede.

Tabela 2 - Percentual de evasão na RMEGV nos anos de 1980, 1990, 1996, 2000 e 2004.

SÉRIE	1980	1990	1996	2000	2004
1ª	-	21%	06%	01%	00%
2ª	-	12%	02%	00%	02%
3ª	-	14%	03%	03%	02%
4ª	-	12%	07%	01%	01%
5ª	-	-	08%	04%	02%
6ª	-	-	-	00%	01%
7ª	-	-	-	01%	00%
8ª	-	-	-	-	00%

Fonte: Pesquisa com base nos dados da SME nos anos de 1980, 1990, 1996, 2000 e 2004.

Nota: A evasão na RMEGV começou a ser computada em 1984. De 1980 e 1990, contava com ensino fundamental de 1ª a 4ª série, em 1996, com a 5ª série do ensino fundamental; em de 2000, com a 7ª série e, em 2004, havia o ensino fundamental completo de 1ª a 8ª série em duas escolas da rede.

Os dados quantitativos relacionados à reprovação e evasão demonstram uma redução notória nesses índices, confirmando a eficiência do sistema assim organizado. A rede municipal, construída coletivamente, por meio da gestão democrática, da formação permanente e continuada, da assessoria, do processo, do envolvimento da cidade, permite a consolidação da continuidade da política e sua ressignificação e demonstra, pelos dados quantitativos apresentados neste estudo, os efeitos dessa política. Política é ação, é decisão, e necessita revelar resultados, os quais são expressos por meio dos efeitos positivos desta rede.

CONCLUSÃO

Pelo estudo conclui-se que o sentido de política nesta rede é de gestão da cidade de forma comunitária; há a inclusão e o compromisso com o outro, com a comunidade, o enraizamento pela pólis; existe um sentimento de co-responsabilidade pela gestão, de comprometimento, de cumplicidade, de colaboração. O que se observa nessa política educacional é que a espinha dorsal, composta por várias ações, tem continuidade, com ressignificação. Por isso, não existe na rede a manutenção de um *status quo*, mas um processo vivo, no qual a continuidade com ressignificação é a garantia da identidade que amadurece. O que se constatou permite afirmar que este conjunto de ações e procedimentos constitui-se em uma política pública (de Estado, no caso, de município) pelo fato de se sobrepor a períodos administrativos diferentes, o que confere legitimidade ao processo, e à participação em sua construção, com ações que garantem a continuidade com ressignificação. Tal política foi construída no local, de acordo com a realidade vivida, demonstra que a vida acontece no município e que os cidadãos de fato precisam assumir a responsabilidade com a causa pública, em especial, os professores, como verdadeiros gestores da educação municipal. Isso garante a

qualidade da educação manifestada pela redução dos índices de evasão e repetência no ensino fundamental e pelo expressivo ingresso e continuidade dos estudos no ensino médio em outras redes, de parte do alunado que conclui o ensino fundamental. O investimento e a metodologia proporcionaram, e proporcionam, a formação permanente e continuada dos docentes, garantindo a sua capacitação profissional. Sem dúvida, não foi um processo linear, mas superaram-se as problemáticas encontradas e continua-se a ressignificação para a superação de novas problemáticas. Isso se deve ao processo da ação-reflexão-ação, essencial para que se tenha consciência das ações realizadas e da necessidade ou não da ressignificação. É um estudo de uma rede em si, apontando para a possibilidade da construção e efetivação de uma política pública educacional que transponha a gestão administrativa, ultrapassando o plano governamental, garantida, principalmente, pelo desenvolvimento da autonomia de seus pares.

São todos aspectos que devem ser considerados por quem compõe um sistema de ensino municipal. Não que deva ser um modelo a ser seguido, mas uma possibilidade de mudança e de construção de políticas públicas de modo participativo.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense universitária, 1997.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Edunb, 2007.
- BRANDÃO, Zaia. Qualidade de ensino: característica adstrita às escolas particulares? In: CUNHA, Luiz Antônio (Org). *Escola pública, escola particular*. São Paulo: Cortez, 1985. p 95- 108.
- CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.
- ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira et al. Gestão e políticas educacionais: do que estamos falando mesmo? Aportes teórico-conceituais para delimitação de termos. In: CAMARGO, Ieda de. *Gestão e políticas da educação*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2006. p 13 - 23.
- ESQUISIANI, Rosimar Serena Siqueira. *O público e o privado em educação: o caso Anísio Teixeira e a igreja católica no Rio Grande do Sul*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2001.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GETÚLIO VARGAS. Secretaria Municipal de Educação *Boletim estatístico mensal*. 1985 a 1999.

_____. Secretaria Municipal de Educação. *Ata n° 03/93, 1993*.

_____. Projeto Político Pedagógico das Escolas da Rede Municipal de Educação de Getúlio Vargas, 1993.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

HOUAISS, A. *Dicionário eletrônico da língua portuguesa 2002*. Manaus: Objetiva, 2002. CD-ROM

MOROSINI, Marília Costa. *Enciclopédia da pedagogia universitária*. Porto Alegre: Fapergs/RIES, 2003.

MÜHL, Eldon Henrique; ESQUINSANI, Valdocir. *O diálogo ressignificando o cotidiano escolar*. Passo Fundo: UPF, 2004.

RIBEIRO, Wanderley. *Municipalização os Conselhos Municipais de Educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

